



## V SIPINF

*Seminário Internacional de Políticas  
Públicas, Intersetorialidade e Família:  
atravessamentos do neoliberalismo nas  
políticas públicas no contexto pandêmico*

### **O TEMA DA FAMÍLIA NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL E SUA INTERFACE COM OS NÚCLEOS DE FUNDAMENTAÇÃO DAS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS EM SERVIÇO SOCIAL**

Cláudia Correia Coelho <sup>1</sup>

Alzira Maria Lewgoy Baptista <sup>2</sup>

#### **Resumo**

O presente artigo visa apresentar reflexões advindas de investigação que versa sobre a abordagem do tema da família no ensino dos cursos de Graduação em Serviço Social, considerando sua articulação com os núcleos de fundamentação da Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social-ABEPSS, de 1996. A metodologia utilizada se constitui pela pesquisa bibliográfica em 18 revistas vinculadas aos Programas de Pós-Graduação, e duas de alta relevância para a profissão, em fase de análise. A pesquisa documental a ser apresentada tem como fonte os Projetos Políticos Pedagógicos/Projetos Pedagógicos do Curso, e os planos e programas da(s) disciplina(s) nas universidades filiadas a ABEPSS. Os resultados preliminares evidenciam que o tema da família tem sido tratado nas 45 UFA's filiadas à ABEPSS, sendo que em 14 universidades não foi possível localizar este tema nos projetos pedagógicos do curso. Foram encontradas em 31 cursos a disciplina com a temática da família, e dessas, 8 demonstram ser obrigatórias; 18 eletivas/optativas e 5 não especificam. O conteúdo apresentado nos programas demonstra fragmentação do tratamento desta matéria, bem como contemplam, associada a um dos núcleos de fundamentação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Conclui-se que é imprescindível o debate sobre o tema família e sua incorporação com os núcleos de fundamentação, tendo em vista o alinhamento com as Diretrizes Curriculares e a possibilidade de produção de conhecimento pela categoria profissional à qualificação da formação e do trabalho profissional

**Palavras-chave:** Família; Formação Profissional; Núcleos de Fundamentos das Diretrizes Curriculares.

#### **1 INTRODUÇÃO**

A motivação e as inquietações que levaram a pesquisadora a tratar "O tema da Família na Formação Profissional", são diversas. A primeira delas é o tratamento do tema da família no

---

<sup>1</sup> Mestranda do Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul -UFRGS E-mail: a\_s\_claudiacoelho@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> Docente da Graduação e Pós- Graduação do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS. Pesquisadora do CNPq. E-mail: alzira.lewgoy@ufrgs.br



processo de formação profissional e como este se relaciona com os núcleos de fundamentação das Diretrizes Curriculares (1996). A segunda é a aproximação da pesquisadora com esse tema na graduação, resultando como produto de estudo o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC intitulado “Da negligência ao direito a convivência familiar e comunitária”. A terceira se conecta à trajetória do exercício profissional da mestranda no trabalho junto às famílias, em grande parte vinculada à política de assistência social, e a experiência como tutora presencial na graduação de modalidade a distância.

Assim, com o ingresso no Programa de Pós- Graduação em Política Social e Serviço Social em uma Universidade pública do Sul do país, deu-se ênfase ao tema relacionado com a formação profissional, cujas reflexões resultaram na seguinte indagação “Como vem sendo trabalhado o tema da Família na formação profissional em Serviço Social, considerando os núcleos de fundamentação propostos nas Diretrizes Curriculares de 1996?” A relevância da pesquisa se pauta em estudar o tema da família ancorados com cada um dos núcleos. No primeiro momento examinaremos a Família e o Núcleo de Fundamentos Teórico- Metodológico, abordando as referências doutrinárias e matrizes teóricas que ao longo dos anos trouxeram compreensão e apreensão da realidade, evidenciando a contribuição e avanço teórico suscitado pela apropriação da teoria social crítica como referencial teórico para a formação em Serviço Social.

Os conceitos atribuídos às famílias<sup>3</sup> são diversos. Szymanski, (2002), refere que a concepção de família é para além da consanguinidade, são relações que se estabelecem por afetividade, solidariedade, “uma associação de pessoas que escolhem conviver por razões afetivas e assume um compromisso de cuidado mútuo (pág. 09)”. Necessariamente, não vivem sob o mesmo teto, porém quando tratamos do entendimento pelas políticas sociais, percebe-se uma compreensão diferente, abordada principalmente pelos programas sociais, com vistas à avaliação socioeconômica para composição de renda familiar. É entendido por grupo familiar todas pessoas que coabitem a mesma residência.

---

<sup>3</sup> A autora se refere as famílias, quando trata dos grupos familiares, entendendo que este se configura de diversas formas, por seus diferentes arranjos familiares como: famílias reconstituídas, homoparentais, unipessoal etc.



Alves (2014) apresenta em suas conclusões de pesquisa que, apesar de os profissionais tratarem de diferentes concepções de famílias, em seus depoimentos prevalecem discursos conservadores, impregnados de moralismo, e em se tratando de profissionais de nível superior, diríamos ignorantes.

A professora Mioto (2020), em sua recente palestra, pontua acerca do conhecimento sobre o tema da família no campo da formação que vai aparecer basicamente de três formas:

[...] a) em torno do debate do conservadorismo, nós ficamos no debate do Pré-Reconceituação e da prática disciplinar profissional, como se fosse uma coisa do passado; b) enquanto categoria teórica a Família permanece vinculada apenas, ou principalmente, a outras disciplinas, como a Antropologia e a Psicologia. A Antropologia marcada por um viés altamente culturalista e a Psicologia, muitas vezes por um viés bastante psicologizante; c) e também uma outra forma que ela vai aparecer, é através da prática profissional, no campo da prática, de forma periférica, fragmentada e obscura, ou seja, a Família, ela vai aparecer nas disciplinas de estágio supervisionado.

Outra questão relevante destacada por Mioto (2020) é o não debate do tema da família. Assim, quando existe este vácuo estamos deixando esta incumbência de tratar o assunto a outras áreas. Além disso, ressalta a autora que a discussão deste tema vem se limitando à prática profissional, e quando se refere à formação, localiza-se nas disciplinas de estágio supervisionado, considerado que:

[...] nessas disciplinas, elas não têm como objeto, nem como principal objetivo a discussão da Família enquanto uma categoria teórica. Me parece, que na formação profissional é um desafio. Pelo nosso “andar da carruagem” deverá enfrentar para que nós possamos formar assistentes sociais mais capacitados na ação em relação às requisições, a política social que tem colocado a Família como muito importante e tem perseguido políticas que sobrecarregam e responsabilizam as Famílias.

Desse modo, reconhecendo o atual cenário brasileiro, a ausência de debate apontada pela professora Regina Mioto, e as indagações da mestranda, faz-se necessário debruçar-se sobre o tema da Família relacionado aos núcleos de fundamentação das Diretrizes Curriculares Nacionais da ABEPSS, apreendê-la e reconhecê-la como objeto de estudo, tendo em vista a importância do plano de formação ao priorizar o tema da Família, considerando que,

[...] sempre foi incluída na formação como uma categoria empírica, ou seja, a partir das determinações das especificidades que apresenta na realidade empírica. Não foi incorporada como uma categoria analítica teórica, ou seja, pensá-la, a partir da



apreensão das relações sociais fundamentais que podem ser consideradas balizas para o conhecimento, do objeto e dos seus aspectos gerais (MIOTO, Live,2020).

A família é campo de contradições desde as análises a partir das diversas matrizes teóricas, como pelas questões que ela expressa de gênero, classe, etnia, etária, geográficas etc. Por isso, a importância como uma instituição é refletida a partir da sua constituição que se dá pelos fatores econômicos, políticos e sociais.

Os Núcleos de Fundamentação das diretrizes curriculares vão tratar dos fundamentos do Serviço Social, esses que conduzem na formação profissional, a matriz explicativa da realidade, a partir da: vida social, da formação sócio-histórica da realidade brasileira e do trabalho profissional, uma vez que “tal fundamentação e instrumentalidade são os componentes que permitem a compreensão do cotidiano de vida dos usuários”. (ABEPSS, 1996, pág. 13

## **2 O TEMA DA FAMÍLIA E OS NÚCLEOS DE FUNDAMENTAÇÃO DAS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DA ABEPSS DE 1996**

A Família em seu tratamento, a partir da década de 30, surge caracterizada por uma gênese doutrinária conservadora, burguesa e vinculada à igreja católica. Com isso, sobre a família, há o reconhecimento de grupo social natural, porém este, destinado às famílias proletárias, designando a estas, desde então, o estigma de “desajustadas”, carentes, dignas da caridade à qual caracterizava tal intervenção.

É importante caracterizarmos o pensamento doutrinário, que mesmo não sendo uma matriz teórica exerceu forte influência no processo de formação dos primeiros profissionais no Brasil, pela sua ligação com a Igreja Católica, responsável pelo seu ideário. Imprimiu seu caráter conservador, tratando a “questão social como problema moral, como um conjunto de problemas sob a responsabilidade individual dos sujeitos que vivem.” (YASBEK, 2018, pág. 52) Característica que faz parte da gênese do Serviço Social brasileiro, portanto importante ser reconhecida, compreendida, para então entender a necessidade da sua superação.

Não é difícil compreender por que ainda, entre os profissionais, tenham aqueles que ainda reproduzam e/ou defendam o conservadorismo. Netto apud Yasbek (2018) em relação a



essa questão diz que “[...] a profissão nasceu e se desenvolveu como parte do programa da antimodernidade, reagindo à secularização, à laicização, à liberdade de pensamento, à autonomia individual, etc.” (YASBEK, 2018, pág. 52). O conservadorismo, então, “é restaurador, preservador, reforça a autoridade moral” e serve de base para a “manutenção da ordem capitalista” (YASBEK, 2018, pág. 53). O pensamento conservador surge como forma de resistência à modernidade, para manter as características da gênese da profissão que aborda a “questão social como problema moral, como um conjunto de problemas sob a responsabilidade individual dos sujeitos que os vivem” (YASBEK, 2018, pág. 52), com isso tratando de forma individualista, com enfoque moralista e psicologizante em relação à questão social, sob a perspectiva doutrinária da igreja “de cunho humanista conservador e contrário aos ideários liberal e socialista”(YASBEK, 2018, pág. 52).

Em relação à perspectiva parsoniana, de matriz estrutural-funcional, De Martino (2020, pág. 307) aponta “es por ello que conocer tal perspectiva tanto como superación se tornam em imperativos éticos para el Trabajo Social, como forma de alejarse de una mirada moralizante sobre el universo familiar, sea cual fuere”. Esse pensamento se estende às demais matrizes que em sua raiz perpetuam o caráter conservador. Para tanto, há necessidade de se debater e apreender suas concepções, tendências, a fim de romper com tal ideologia, na afirmação do projeto ético político profissional. E, considerando a dimensão teórico-metodológica, uma das competências profissionais do assistente social, com vistas a dar continuidade ao movimento de ruptura com o conservadorismo, há necessidade ainda de apreender que, a partir da década de 60, com o Movimento de Reconceituação, a profissão irá assumir

[...] as inquietações e insatisfações deste momento histórico direciona seus questionamentos ao Serviço Social tradicional através de um amplo movimento, de um processo de revisão global, em diferentes níveis teórico, metodológico, operativo e político [...] este movimento que surge no Serviço Social na sociedade latino-americana impõe aos assistentes sociais a necessidade de construção de um novo projeto comprometido com as demandas das classes subalternas, particularmente expressas em suas mobilizações. É no bojo deste movimento, de questionamentos à profissão, não homogêneos e em conformidade com as realidades de cada país, que a interlocução com o Marxismo vai configurar para o Serviço Social latino-americano a apropriação de outra matriz teórica: a teoria social de Marx. Embora esta apropriação se efetive em tortuoso processo. (YASBEK, 2018, pág. 65)



Neste contexto apresenta-se, além da matriz positivista, a perspectiva fenomenológica “como uma forma de reatualização do conservadorismo presente no pensamento inicial da profissão” (NETTO apud YASBEK, 2009, pág. 8), e também uma primeira aproximação do Serviço Social brasileiro ao marxismo. Contudo, é só a partir dos anos 80 que se efetiva a interlocução dessa teoria social com a profissão por meio da obra “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil”, escrita por Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho, publicada em 1982. Essa é uma “obra fundante da relação entre o pensamento marxiano e a profissão, ao voltar-se para a apreensão do significado histórico-social do trabalho dos assistentes sociais, a partir de sua inserção na sociedade de classe. (YASBEK, 2018, pág. 66).

A apropriação da teoria social de Marx é instituída na profissão, também com o objetivo nos processos formativos e interventivos que os estudantes e profissionais possam ir além do aparente, visando não apenas a compreensão da realidade, mas para também transformá-la como,

[...] matriz teórico-metodológica, essa teoria apreende o ser social a partir de determinações e mediações. Ou seja, parte da suposição de que a natureza relacional de ser social não é percebida em sua imediaticidade. [...] Trata-se, portanto, de um conhecimento que não é manipulador e que apreende dialeticamente a realidade em seu movimento contraditório, movimento no qual e através do qual se engendram, como totalidade, as relações sociais que configuram a sociedade capitalista. (YASBEK, 2018, pág. 66)

O movimento de ruptura surge a partir da intenção de romper com o conservadorismo e da necessidade de apropriação da teoria social de Marx pelos assistentes sociais, em meados de 1970, o que possibilitou uma nova postura frente às demandas apresentadas aos profissionais, e uma grande aquisição teórica que instigaria mais tarde a reformulação do Projeto Ético Político Profissional. Nessa perspectiva, o tema da Família como categoria teórica ganha concretude ao se expressar “como fenômeno histórico e produto de determinadas circunstâncias econômicas, políticas, sociais e culturais, na medida em que seu entendimento impacta na formação de políticas sociais e nas intervenções de profissionais de diferentes áreas” (BERTELLI E MOSSER ,2018, pág. 17).



É através da historicidade que compreenderemos a “constituição econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira” (ABEPPS, pág.11, 1996), apreendendo as relações entre estado e sociedade que influenciaram e influenciam tanto na trajetória da profissão, desde a sua gênese, na sociedade brasileira, quanto das famílias. Assim, sobre o núcleo de fundamentação que trata da Formação Sócio-histórico Brasileira, propomo-nos a estudar e relacionar as origens tanto do Serviço Social, quanto da Família, para que, a partir desta totalidade, consigamos resgatar elementos importantes a serem considerados, que também serão tratados e relacionados aos demais núcleos.

A partir da discussão por Bertelli e Moser (2018), podemos refletir que a falta de destaque da categoria família tenha se dado pela concepção atribuída, herdada do pensamento positivista, e por quase 40 anos a família foi tratada apenas de forma “remediada”, pelas intervenções profissionais, por práticas assistencialistas. É necessário destacar a introdução dos estudos sobre o método de Marx, a partir da década de 70. Contudo, a intenção de ruptura não supera tal prática, pois ainda se percebe a reificação do caráter conservador, uma vez que é ainda evidenciado sobre

[...] o ressurgimento da família como agente de proteção nas políticas sociais – adquirindo desse modo centralidade nas regulamentações infraconstitucionais relacionadas a esses direitos e às respectivas políticas sociais; entretanto, sem considerar as condições concretas condicionadas às determinações de classe, gênero e étnico-raciais. (BERTELLI e MOSER, 2018, pág 19)

Sobre a família brasileira, Duarte apud Duarte (2018) diz que a formação da sociedade brasileira é “[...] uma formação social marcada por dependências, desigualdades, hierarquias e autoritarismo exacerbados para a manutenção de privilégios sociais, econômicos e políticos de uma classe (e uma raça) (pág. 207). A autora acrescenta, quanto a esses privilégios, que produzem estes abismos sociais, à medida que se apoiam “[...] não só na exploração, mas na estratificação e segregação social, na discriminação, no preconceito e na repulsa à mobilidade social e ao acesso (pág. 207).

Assim, remete-se à Família Patriarcal, que segundo Bertelli e Moser trata-se mais como um “modelo ideológico dominante”, ou seja, esse pensamento social brasileiro



[...] pelo menos até determinado momento da história e da historiografia, corrobora a afirmação de Michelle Perrot (1992, p. 185) sobre o ofício do historiador: “um ofício de homens que escrevem a história no masculino”, uma vez que “os campos que abordam são os da ação do poder masculinos [...]”. Economia, a história ignora a mulher improdutiva. [...] ele privilegia as classes e negligência os sexos. Cultural ou ‘mental’, ela fala do homem em geral, tão assexuado quanto a Humanidade. (BERTELLI e MOSER, 2018, p. 20),

Em relação à questão étnico-racial, trazemos a discussão, ainda pouco difundida sobre a família negra, retratada por Almeida (2016, pág. 1) como ‘filha de estranho’ na sociedade brasileira, apontando que estas são “fruto de múltiplas formas de violência desde a escravidão, esses núcleos sobreviveram (e sobrevivem) na diáspora enfrentando violações materiais e psicológicas decorrentes do preconceito e discriminação racial”. Conforme a autora, ainda sobre os preconceitos que a população negra tem sofrido ao longo dos anos, tendo em vista que estes são invisíveis e invisibilizados pela supremacia branca; indesejáveis, por não acenarem aos padrões normativos (igualmente as famílias ciganas e indígenas); inculcam valores eurocêntricos, desde o regime escravista, fazendo com que os negros desde crianças sejam conduzidos a “esquecer” ou não mais “pertencer” às suas raízes culturais, o que os leva a inferiorização na autoimagem, pois.

[...] a estrutura social brasileira e a lógica capitalista que a dinamiza, necessita de suas ideologias para combiná-lo com outras formas de opressão com vistas a dominar sujeitos sociais individual ou coletivamente. É urgente discutir o racismo e suas consequências para as famílias negras. Advogo esse posicionamento ético-político em razão da necessidade de adoção de uma interpretação da totalidade social interseccionando raça/etnia, gênero e classe. (ALMEIDA, 2016, pág. 4)

A autora então traz a seguinte provocação: “O que o Serviço Social tem a dizer sobre as famílias negras?”. Segundo Almeida (2016), não houve destaques nos estudos na área; como trabalhar a desconstrução do racismo e a invisibilidade dessa população. Há necessidade de se conhecer a história, para que se supere a redução “ao mero assistido” e o conhecimento da produção e reprodução das relações sociais. Assim,

[...] para maior inteligibilidade da desigualdade social brasileira não se pode desmerecer a escravidão como fenômeno histórico, fato que certamente, condicionou o seu “lugar da mulher negra” na dinâmica familiar e na cultura brasileira (GONZALEZ apud ALMEIDA, 2016, pág. 10).



Gelinski e Moser (2015, pág. 127) em relação às mudanças nas famílias brasileiras e a centralidade que afirmam ser ocupada por estas, nas políticas sociais, apontam que “[...] a família deve ser vista como um ente em mutação e teme-se que o desconhecimento das tendências populacionais não esteja sendo incorporado efetivamente no desenho das políticas sociais”. Desta forma, a primeira questão é compreender seus determinantes.

Trataremos da questão social, categoria central das Diretrizes Curriculares Nacionais da ABEPSS de 1996, e matéria-prima do Serviço Social quando tratarmos da família e o núcleo de fundamentação do trabalho profissional. Logo após conceituaremos a proteção social que tratará das políticas sociais, mediação importante para compreensão das expressões da questão social. Por fim, das famílias que são apontadas pelas políticas sociais como “centrais” para o seu atendimento.

Neste sentido, para além de refletir sobre a ação técnico-operativa, faz-se necessário o comprometimento com o caráter ético-político e teórico-metodológico que conforma as orientações das Diretrizes Curriculares para

[...] Compreender as particularidades do Serviço Social como especialização do trabalho coletivo requer a apreensão do conjunto de características que demarcam a institucionalização e desenvolvimento da profissão. Isto é, tanto as determinações sócio-históricas de sua sociedade brasileira que perfilam o fazer profissional, quanto a herança cultural que vem respaldando as explicações efetivadas pelo Serviço Social sobre as relações sociais, sobre suas práticas, suas sistematizações e seus saberes. (ABEPSS, 1996, pág. 13)

Assim, tanto o conhecimento relacionado ao nosso objeto de trabalho, a questão social e suas múltiplas expressões, quanto às respostas profissionais a ela, mediadas pelo sistema de proteção social, através das políticas sociais, deve ser qualificado, comprometido e contínuo, tendo em vista que as diretrizes curriculares se referem:

[...] reconhecimento do caráter interventivo do assistente social, supõe uma capacitação crítico-analítica que possibilite a construção de seus objetos de ação, em suas particularidades socioinstitucionais para a elaboração criativa de estratégias de intervenção comprometidas com as proposições ético-políticas do projeto profissional. (ABEPSS, 1996, pág. 13)



Do contrário, corre-se o risco de tornar o trabalho profissional mecanicista e imediatista em detrimento da apropriação da teoria social crítica e da Questão Social como eixo central de intervenção consolidada pelas Diretrizes Curriculares, na década de 90. Há um movimento forte para romper com a visão “fatalista”, de “vítimas do destino”, até então atribuída aos pauperizados, pela ordem burguesa, conservadora e doutrinária. É importante que a família brasileira começa a ser pensada como questão pertinente, e seus integrantes como sujeitos de direitos, a partir da Constituição Federal de 1988, que a coloca como questão central, entretanto, sem considerar as "condições concretas condicionadas às determinações de classe, gênero e étnico-raciais" (BERTELLI e MOSER, 2018, pág. 19). As autoras tratam as ambiguidades apresentadas nas políticas sociais em relação aos conceitos assumidos por estas sobre famílias. Contudo, em todas observa-se a corresponsabilidade atribuída a elas pelas políticas sociais, “mesmo com as imprecisões em torno do conceito, ela é considerada elemento fundamental para a proteção social e para o êxito das políticas sociais”. (GELINSKI e MOSER, 2015, pág. 135)

Para além de compreendermos a família enquanto um conceito, propomo-nos a estudarmos enquanto categoria, assumida assim a teoria social crítica para sua leitura, dando a ela o destaque que acreditamos que lhe é de direito, visto todo o processo que ela tem sido impactada aos longos dos anos, superando a visão que a limita às questões naturais, mas principalmente pelo sistema do modo de produção capitalista e seus determinantes sociais, políticos, econômicos e culturais. É necessário a apreensão em sua totalidade, para avançarmos na superação da visão limitadora assumida pelas políticas sociais em relação às famílias, bem como as marcas que a gênese da profissão nos apresenta como desafio e deve ser um compromisso, fortalecido através da formação profissional.

Assim, apresentaremos os resultados preliminares da pesquisa documental, considerando que o estudo está em processo de análise de como vem sendo trabalhado o tema da Família na formação profissional em Serviço Social, tendo em vista os núcleos de fundamentação propostos nas Diretrizes Curriculares de 1996.



### **3 RESULTADOS PRELIMINARES**

Destaca-se que os resultados preliminares apresentados advêm da construção a partir da práxis mediada pelo processo investigativo, pela oportunidade da mestranda durante seu processo formativo de ir examinando algumas de suas hipóteses, no seu processo de estágio docente realizado na disciplina de Família e Serviço Social", no curso de graduação em Serviço Social da Universidade vinculada, uma vez que pôde praticar a docência com o tema da sua pesquisa e pensar na relação de como podem ser vinculados os núcleos das diretrizes curriculares nacionais da ABEPSS de 1996. Soma-se a isso, na perspectiva de embasamento e qualificação da temática, a oportunidade da mestranda cursar a disciplina de Família e Política Social, disponibilizada pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da USFC, como aluna especial, ministrada pela referência na área Regina Célia Tamasso Mioto.

Sobressaio também que, durante a fase da revisão de literatura para a construção do projeto de pesquisa, foi constatado que a Profa. Dra. Regina Célia Tamasso Mioto é uma das principais referências da área que estuda o tema da família, associada a pesquisas relacionadas ao tema, a formação e ao trabalho profissional; a dimensão técnico-operativa; e as políticas sociais. Contudo, até o presente momento, poucas são as produções de acesso à localização de publicações que vinculam o tema à formação e as Diretrizes curriculares de forma fidedigna, para fundamentar o presente estudo. Ressalta-se ainda que a coleta dos dados para a revisão bibliográfica está em sua fase preliminar.

Destaco ainda, que os resultados apresentados estão relacionados à pesquisa documental, que teve por objetivo analisar como o tema da família vem sendo tratado nos Projetos Políticos Pedagógicos/Projetos Pedagógicos do Curso, e nos planos e programas da(s) disciplina(s) que versem sobre o assunto, nas universidades públicas, presenciais e filiadas à ABEPSS.

Assim, a partir de um universo das 65 Unidades públicas de Formação Acadêmica – UFA's situadas em 22 estados brasileiros que possuem cursos de graduação em Serviço Social,



45 são filiados à ABEPSS<sup>4</sup> e 19 não são filiadas<sup>5</sup>, conforme divisão regional da ABEPSS, sendo este um dos critérios de seleção para a realização da pesquisa documental. Assim, na coleta de informações realizada nos sites disponíveis on-line das 45 UFA's públicas filiadas da ABEPSS, ao consultar as grades curriculares e projetos pedagógicos, constatou-se que dos **45 cursos** de graduação em Serviço Social consultados, apenas **31 cursos** (UFRGS; UFSM; UFSC; UNICENTRO; UEPG; UFGV; UNB; UFPB/2 campus; UFPE; UFRN; UERN; UFAL/2 campus; UFRB; UFAM/2 campus; UFMA; UFPA Breves; UFPA; UFPI; UFT; UFES; UFJF; UNIMONTES; UFF/3 campus; UERJ e UNIRIO) dispõem de disciplinas com o tema da Família. Os outros **14 cursos** (UNIPAMPA; UNIOESTE; UEL; UNESP; UNIFESP; UFG; UFBA; UECE; IFCE; UFCG; UFS; UFOP e UFRJ) não tinham evidenciado nenhuma disciplina em sua matriz curricular com o tema da família.

Constatou-se ainda que 18 cursos (UFSC; UNICENTRO; UNB; UFAL/2 campus; UFRB; UFPB/2 campus; UFCG; UFPE; UFRN; UFAM/2 campus; UFMA; UFPA; UFPI; UFJF; UERJ), ou seja, a maior parte dos cursos que oferecem disciplinas com o tema da Família, oferecem como disciplinas eletivas ou optativas. Apenas 8 cursos (UFRGS; UERN; UFPA Breves; UFES; UNIMONTES; UFF/3 campus) oferecem como disciplinas obrigatórias e 5 (UFSM; UEPG; UFMT; UFT e UNIRIO) não deixaram essa classificação explícita em sua descrição. Há ainda 2 universidades (UERN e UFF/3 campus) dentre as que oferecem disciplinas obrigatórias, nas quais se localizou também disciplinas optativas/eletivas.

---

<sup>4</sup> **1-Sul I:** UNIPAMPA-RS, UFRGS-RS, UFSM-RS, UFSC-SC, UNIOESTE-PR/2 Campus, UEL-PR, UEPG-PR, UNICENTRO-PR); **2- Sul II** (UNESP-SP, UNIFESP-SP); **3-Centro-Oeste** (UFMT-MT, UFG-GO, UNB-DF/2 campus); **4-Nordeste** (UFAL-AL/2 campus, UFRB-BA, UFBA-BA, UECE-CE, IFCE-CE, UFPB-PB/2 campus, UFCG-PB, UFPE-PE, UFRN-RN, UERN-RN, UFS-SE); **5- Norte** (UFAM-AM/2 campus, UFMA-MA, UFPA-PA, UFPA Breves-PA, UFPI-PI, UFT-TO); **6-Leste** ( UFES-ES, UFJF-MG, UFOP-MG, UNIMONTES-MG, UFF-RJ/3 campus, UERJ-RJ, UFRJ-RJ, UNIRIO-RJ).

<sup>5</sup> Foram descartadas da pesquisa 19 universidades, dos 22 estados por não estarem filiadas a ABEPSS. Dessas 5 pertencem a região Sul I; 1 da Sul II; 2 da Nordeste; 2 da Norte e 9 da Leste. Destacamos que quatro estados não apresentam universidades públicas que dispõem de curso de Serviço Social em sua oferta. Os estados pertencentes: a região Sul II da ABEPSS, Mato Grosso do Sul (MS); a região Norte: Acre (AC); Rondônia (RO) e Amapá (AP). O estado de Roraima (RR), que pertence a região Norte possui universidade pública com curso de Serviço Social, entretanto não é filiada a ABEPSS.



Assim seguindo a metodologia proposta a esta investigação e pensando na fidedignidade das informações, em virtude da possibilidade de alguns sites poderem estar desatualizados, está sendo realizada uma segunda consulta, desta vez por correio eletrônico ou contato telefônico com os coordenadores dos cursos, solicitando os Planos e/ou Programas, bem como, os Projetos Políticos Pedagógicos ou Projetos Pedagógicos dos Cursos, para ser sinalizado qual(is) a(s) disciplina(s) que versa(m) sobre a matéria da Família. Para tanto, já foram selecionadas as 22 unidades de formação acadêmica, dos 22 estados a saber: RS; SC; PR; SP; RJ; MG; ES; GO; DF; MT; BA; CE; SE; PB; PE; AL; RN; AM; MA; PA; PI e TO, com cursos de Serviço Social, filiados à ABEPSS, na modalidade presencial.

Dos 22 cursos consultados, até o momento obteve-se o retorno de 3 cursos que enviaram os projetos pedagógicos e os programas de disciplinas. Um dos cursos tem a disciplina família como eletiva e registra no programa o conteúdo família vinculado com os núcleos de fundamentação que tratam da formação sócio-histórica brasileira e do trabalho social. Contudo, precisa estar mais explícito como o núcleo teórico-metodológico que se vincula ao tema da família. O segundo curso apresenta no seu PPC a disciplina família como eletiva, mas não detalha o conteúdo do programa, não sendo possível sua análise. O terceiro curso apresenta a disciplina de família como obrigatória, aborda no conteúdo questões relativa a gênero, mas não faz referência aos núcleos de fundamentação. Apresenta também, em sua composição bibliográfica, referências em uma abordagem plural, em relação às matrizes teóricas.

#### **4. CONCLUSÃO**

A importância do tema da Família ganhar destaque está vinculada a sua construção social, inserida nesse processo no qual se desenvolve a partir de suas determinações. É uma Instituição heterogênea que vive do trabalho e sobrevive sem ele. Possui novos arranjos e ao reconhecê-la a partir de sua apreensão que nunca se teve apenas uma configuração, percebe-se a necessidade de superação da concepção da família burguesa nuclear, como legítima e reguladora, visão herdada de uma gênese doutrinária e de matriz conservadora.



Essa visão conservadora vem ganhando força na atualidade, principalmente com a retomada de um governo que legitima a partir de seu discurso conservador tal concepção. É preocupante, na medida em que essa concepção e tema vem ganhando força, por isso a atenção e vigilância crítica é de suma importância para que não se consolide suas bases como produção do conhecimento da área. A partir das aproximações junto aos documentos dos cursos disponibilizados nos sites das UFA's públicas, percebeu-se o quanto é necessário analisar os currículos das disciplinas, pela diversidade de conteúdos que as fundamentam e pelo tratamento pulverizado ao abordar, outros temas como infância, adolescência, gênero, entre outras questões que emergem a partir do estudo da família.

Por fim, uma questão importante a ser refletida vincula-se tanto em relação ao tema da família não ter ganho atenção em no que diz respeito à produção teórica relacionada à formação profissional, quanto o seu estudo ao privilegiá-la nos currículos. Somos convictas de que o estudo a ser concluído contribuirá e fortalecerá os cursos participantes da pesquisa, bem como a formação profissional. Também possibilitará reflexão acerca do trabalho dos assistentes sociais no desenvolvimento das políticas públicas, oportunizando a qualificação do atendimento prestado, à medida que compreendem a dinâmica da família enquanto instituição que se constrói a partir das determinações sociais, ao refletir na concepção desses grupos o reconhecimento da necessidade da apreensão da sua totalidade, bem como o fortalecimento do projeto ético político, a partir da organização da classe, suscitado nas Diretrizes Curriculares.

#### REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social**. 1996. Disponível em: < [https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento\\_201603311138166377210.pdf](https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf) >. Acesso em: 18/05/2020.

ALVES, Lindomar. **A concepção de família que orienta a intervenção profissional dos assistentes sociais**. Libertas: Revista da Faculdade de Serviço Social de Juiz de Fora, on line, v.14, n. 2, 2014.

ALMEIDA, Magali da Silva. **Família Negra: “filha de estranho” na sociedade brasileira**. Mesa Temática Coordenada: TRABALHO E FAMÍLIAS: configurações e tensões em contexto de desigualdades. XV ENPESS – Formação e Trabalho Profissional: reafirmando as diretrizes curriculares da ABEPSS. São Paulo, 2016.



BERTELLI, Edilane. MOSER, Liliane. **Que família é esta? Mosaico de diferenças, contradições, discriminações.** Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, EM PAUTA, Rio de Janeiro \_ 2o Semestre de 2018 - n. 42, v. 16, p. 17 – 33

DE MARTINO, Mónica Bermudez. **La perspectiva parsoniana sobre la familia, la familia aislada y tecnificada.** In DE MARTINO, Mónica Bermudez(org). Trabajo social con familias: dilemas teóricometodológicos, éticos y tecno-operativos. Montevideo: INAU, 2020. p. 289-309

DUARTE, Joana Maria Gouveia Franco. **Trabalho social com famílias no Serviço Social: determinações sócio-históricas na reconfiguração das políticas sociais contemporâneas.** In: Raquel Raichelis; Damares Vicente; Valeria Albuquerque. (Org.). A nova morfologia do trabalho no Serviço Social. - São Paulo: Cortez, 2017, p. 203 – 221.

GELINSKI, Carmen Rosario Ortiz Gutierrez; MOSER, Liliane. **Mudanças nas famílias brasileiras e a proteção desenhada nas políticas sociais.** IN: Familismo, direito e cidadania: contradições da política social. MIOTO, Regina Célia Tamasso; CAMPOS, Marta Silva; CARLOTO, Cássia Maria. (Org.). - São Paulo: Cortez, 2015, pág. 125-146.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. **O Serviço Social e o Trabalho com Famílias: desafios ao passado, presente e futuro.** Youtube, 06/07/2020 (2020). Disponível em: < <https://youtu.be/vFGHnRuYIDA?list=PLXIA0HWvS90-cMnoewHGmgoIJuGv9tcqM> >. Acesso em: 26/09/2020.

SZYMANSKI, Heloisa, **Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafios de um mundo em mudança.** Revista Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez, n.71, p.9-25, 2002.

YAZBEK, M C. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos e as tendências contemporâneas no Serviço Social. In: GUERRA, Y. A. et al (Orgs). Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica. Campinas: Papel Social, 2018.